

GUSTAVO IOSCHPE



QUE
O BRASIL
QUER SER

QUANDO

CRESCER?

— E
— OUTROS
— ARTIGOS
— SOBRE
— EDUCAÇÃO
— E DESENVOLVIMENTO

pa
ra
le
la

Copyright © 2012 by Gustavo Ioschpe

A Editora Paralela é uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA Mateus Valadares

PREPARAÇÃO Flavia Lago

REVISÃO Renato Potenza Rodrigues e Victor Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ioschpe, Gustavo

O que o Brasil quer ser quando crescer? / Gustavo Ioschpe. — 1ª ed. — São Paulo : Paralela, 2012.

ISBN 978-85-65530-18-7

1. Desenvolvimento econômico 2. Educação — Aspectos econômicos — Brasil 3. Reforma do ensino — Brasil
I. Título.

12-13028

CDD-370.1150981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação e desenvolvimento econômico
370.1150981

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.editoraparela.com.br

atendimentoao leitor@editoraparela.com.br

Sumário

Prefácio	9
Agradecimentos	17
Siglas	19
1. A falência da educação brasileira	23
2. Muito investimento, pouco resultado	27
3. Escola: templo do doutrinação	33
4. Hora de cobrar	37
5. Professor não é coitado	43
6. E se plantássemos cérebros?	49
7. Educação e capitalismo: aliados ou inimigos?	55
8. De pais e professores	61
9. Dinheiro não compra educação de qualidade	67
10. Violência escolar: quem é a vítima?	71
11. O amor constrói, mas não ensina a tabuada	75
12. Brasil: a primeira potência de semiletrados?	79
13. Aula de ética é em casa, não na escola	83
14. Na educação, a esquerda é elitista	87
15. Educação de qualidade: de volta ao futuro	93
16. Como melhorar a educação brasileira —	
Parte 1: Práticas de sala de aula	97

17. Como melhorar a educação brasileira —	
Parte 2: Formação de professores	101
18. Como melhorar a educação brasileira —	
Parte 3 (final): Diretores de escolas	107
19. Como os pais podem ajudar na aprendizagem dos filhos . . .	113
20. Universalização da educação infantil:	
solução ou armadilha?	117
21. Hora de peitar os sindicatos	123
22. O que o Brasil quer ser quando crescer?	127
23. Pra pobre analfabeto... <i>tae kwon do!</i>	131
24. Precisamos de educação diferente	
de acordo com a classe social	135
25. Você acha que as escolas particulares	
brasileiras são boas?	141
26. O rombo da educação:	
um cabide de empregos de R\$ 46 bilhões	145
27. Que tal fechar as escolas ruins?	149
28. A tecnologia não nos salvará (por enquanto)	155
29. Falta foco	159
30. As escolas não são públicas, e privatizar não resolve	165
31. O que você faria pelos seus filhos?	169
32. Por que somos tão pouco ambiciosos?	173
33. O sistema não é feito pra dar certo	177
34. A educação que constrói uma potência:	
uma lição em cinco capítulos	181
Notas	221
Referências bibliográficas	241

1. A falência da educação brasileira

O sujeito que apelidou o Brasil de “país do futuro” se suicidou. Não é uma condenação, mas não deixa de ser um indício. Se Stefan Zweig estivesse vivo hoje, provavelmente se mataria de novo ao notar quão distante da realização sua profecia se encontra, mais de sessenta anos depois. Nosso futuro está penhorado porque não cuidamos do patrimônio mais importante que um país tem: sua gente. Se dependermos da qualificação dela para avançarmos, tudo leva a crer que continuaremos vendo os países desenvolvidos de longe e que, assim como a geração anterior viu o Brasil ser ultrapassado pelos tigres asiáticos, a nossa irá testemunhar a passagem de China, Índia e outros países menores. Enquanto os países de ponta chegam perto da clonagem humana, nós ainda não conseguimos alfabetizar nossas crianças.

Não é exagero, infelizmente. O último levantamento do Inaf (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional realizado pelo Instituto Paulo Montenegro) mostrou que apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos é plenamente alfabetizada.¹ Deixe-me repetir: três quartos da nossa população não seria capaz de ler e compreender um texto como este. Na outra grande área do conhecimento, a Matemática, a situação é igualmente desoladora: só 23%, segundo o mesmo Inaf, consegue resolver um problema matemático que envolva mais de uma operação, e apenas esse mesmo grupo tem capacidade para entender gráficos e tabelas.

Esses indicadores são o produto final de um sistema de educação que apresenta deficiências, de modo geral, em todas as etapas do ensino, em todo o país (ainda que as tradicionais diferenças regionais também se manifestem na área educacional) e tanto nas escolas públicas como nas privadas. É um quadro que não pode ser creditado ao nosso subdesenvolvimento, pois países muito mais pobres tiveram (Coreia) e têm atualmente (China) desempenhos muito melhores que os nossos. Na área da educação, especialmente de ensino básico, nossos pares são os países falidos da África subsaariana.

O exemplo mais claro dessa falência é também o mais preocupante, por estar na origem de todo o sistema: o nosso índice de repetência nos primeiros anos. Segundo os dados mais recentes da Unesco, 31% de nossos alunos da primeira série do ensino fundamental são repetentes.² Na nossa frente, apenas as seguintes “potências”: Gabão, Guiné, Nepal, Ruanda, Madagascar, Laos e São Tomé e Príncipe. A taxa da Argentina é de 10%, a da China e da Rússia de 1%, a da Índia de 3,5% e de praticamente zero nos países industrializados da OCDE. Na segunda série, temos mais 20% de repetentes. É possível, portanto, que metade dos alunos que adentram nossas escolas tenha repetido uma série já no segundo ano de ensino. Isso não é apenas preocupante pelo efeito que a repetência tem na autoestima dos alunos, nem pelo custo bilionário a mais gerado por eles. O que mais inquieta é: imagine a qualidade de um sistema de ensino que reprova a metade dos seus alunos justamente na fase onde se transmite o conhecimento mais básico, de ler e escrever; que torna eliminatório um período que é meramente um rito de passagem nos outros países. Se não conseguirmos alfabetizar, conseguiremos ensinar Matemática, Química, Geografia? Conseguiremos ensinar nosso aluno a pensar? Conseguiremos torná-lo um cidadão consciente? Claro que não. Não conseguiremos nem mantê-lo na escola até o seu término. A má qualidade perpassa todo o sistema.

O Saeb de 2003 (Sistema de Avaliação da Educação Básica), teste bienal do MEC que mede a qualidade da educação da 4^a, 8^a e 11^a séries, mostra não apenas a situação desesperadora de nosso ensino — na 4^a série, por exemplo, 55% do alunado estava em situação crítica ou muito crítica na área de leitura e só 5% tinha desempenho adequado

— mas o que é pior: desde a primeira edição, em 1995, os resultados médios só caem, tanto em Português quanto em Matemática (afora uma pequena subida em 2003, mas dentro da margem de erro).³

O resultado é um aluno que sai do ciclo inicial sem a menor condição de progredir na vida escolar. Mesmo que entenda aquilo que lhe for ensinado, não tem domínio suficiente da linguagem para exprimi-lo em uma prova. Assim, o retrato típico do nosso aluno é de alguém que vai repetindo de ano, progredindo aos trancos e barrancos. Aos catorze anos de idade, por exemplo, praticamente dois terços dos alunos estão defasados, cursando uma série destinada a pessoas de menor idade.

Aqueles que chegam ao ensino médio (o antigo segundo grau) são poucos. E apesar da peneira do sistema — segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2005, temos 5,7 milhões de alunos na primeira série do ensino fundamental e só 2,4 milhões na última série do ensino médio —, mesmo os que ficam têm um desempenho muito fraco.

O Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da OCDE testou jovens de quinze anos de quarenta países em sua edição de 2003. O Brasil ficou em posição de destaque, ainda que não pelos motivos desejados: amargamos o último lugar em Matemática, o penúltimo em Ciências e o 37º em leitura.⁴

Com essa qualidade sofrível, a educação brasileira deixa de ser o magnífico investimento que ela é em quase todo o mundo em todas as épocas e passa a ser um fardo para o aluno. Vale mais a pena ir trabalhar do que gastar horas e anos em aulas onde se aprende quase nada. O resultado é inescapável: abandono.

Aos poucos bravos que ainda terminam o ensino básico apresenta-se a derradeira armadilha: aqueles que não têm dinheiro não conseguem entrar nas universidades privadas por falta de recursos, apesar da ociosidade de vagas dessas instituições, e tampouco têm acesso aos cursos concorridos e de maior prestígio no mercado de trabalho das universidades estatais, porque a quantidade risível de vagas oferecidas nessas instituições acaba sendo preenchida por quem tem dinheiro suficiente para arcar com os melhores colégios e cursinhos. O pobre

fica de fora e o rico estuda de graça, custeado pelos impostos que recaem desproporcionalmente sobre aqueles de baixa renda. E assim se perpetuam nossas desigualdades.

Todo o acúmulo de erros e descasos da nossa educação culmina em um sistema de ensino superior raquítico, para muito poucos. Enquanto nossa taxa de matrícula nesse nível patina em 20%, ela já bate na casa dos 90% em países como Coreia e Finlândia, está acima dos 60% em vários países europeus e mesmo entre os nossos vizinhos já está algumas ordens de grandeza mais adiante: 61% na Argentina, 43% no Chile, 39% na Venezuela, 32% no Peru (!).⁵

O círculo se fecha: nossa taxa de analfabetismo funcional é semelhante à taxa de matrícula universitária dos países desenvolvidos. Repito: temos de iletrados aquilo que outros países estão formando em bacharéis. Como escreveu Claudio de Moura Castro com a acuidade de sempre, precisamos de uma crise. E estamos nela, até o pescoço, ainda que não tenhamos nos dado conta.

Neste espaço, você irá entender como chegamos aqui, por que colocar seu filho em uma escola particular não resolve problema nenhum, como a maioria dos fatores usualmente apontados como grandes responsáveis por nossas deficiências não passam de mitos, que impacto a crise educacional tem sobre as possibilidades de desenvolvimento do país e o que pode ser feito, concretamente, para que possamos resolver esse quadro lastimável e permitir que pensemos viver no país do futuro — sem que isso nos condene à autoimolação ou aos hospitais psiquiátricos.

Artigo publicado em julho de 2006

2. Muito investimento, pouco resultado

Quando se fala das carências da nossa educação, todos concordam que a coisa vai mal e, ato contínuo, já sacam da algibeira a resposta padrão: é o que colhemos por não investir no setor. Como a maioria do gasto em educação vai para pagar o salário de professores, há uma segunda lamúria: “Com o salário que o professor recebe, só podemos ter essa qualidade de educação mesmo”.

Para essas almas bem-intencionadas, o aumento do volume de recursos destinados à educação faria com que nossas crianças e jovens tivessem o desempenho de finlandeses e de coreanos. Em outras épocas, essa bravata respondia pelo nome de “falta de vontade política”. Seria bom, ótimo, se isso fosse verdade: bastaria uma canetada de nossos governantes para que o problema se resolvesse. Infelizmente, não é. Nem o Brasil gasta pouco em educação, nem o aumento do gasto é a panaceia para os nossos males.

Segundo os últimos dados do EAG, *Education at a Glance* [Educação em foco], o mais respeitado levantamento de estatísticas educacionais internacionais compilado pela OCDE, o setor público do Brasil investe 3,4% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação primária e secundária, contra 3,5% dos países da OCDE (os mais desenvolvidos do mundo — da Europa, da Ásia e da América do Norte).¹ No nível terciário, o Brasil gasta 0,8% do PIB, contra 1% dos países da OCDE. No total, incluindo todos os níveis de ensino, o Brasil gasta 4,4% do seu PIB na

educação, contra 4,9% dos países da OCDE. Gastamos mais do que o Japão e a Irlanda e praticamente o mesmo que a Coreia — alguns dos países com os melhores sistemas educacionais do planeta. Ou seja, gastamos praticamente o mesmo que os países desenvolvidos, e vem sendo assim há bastante tempo. Na edição de 2002 do EAG, por exemplo, o Brasil gastava 5,1% do PIB, contra 4,9% da OCDE.²

Apesar da semelhança do investimento, a diferença de resultados dos sistemas de ensino dos países da OCDE e o brasileiro é abissal: são países que superaram o analfabetismo há um século, enquanto nós ainda temos mais de 50% de iletrados na quarta série, e hoje colocam mais de 50% de sua população (em alguns países, quase 90%) no ensino superior, enquanto o Brasil patina em 20% (dos quais 70% são matriculados em instituições privadas).³

Defrontados com esses dados, alguns defensores das teses monetaristas vêm com outro argumento: de que não se deve comparar o gasto brasileiro com aquele de países desenvolvidos, já que esses países já deram o salto educacional e agora só precisam manter a qualidade, enquanto o Brasil precisa investir muito para chegar ao nível de qualidade do primeiro mundo. Alguns dizem que o piso de investimento é de 6% do PIB. Para outros é 8%.* Alguns sugerem que precisamos converter a dívida externa em recursos para a educação. A sanha é infinita. Só há um problema com tais hipóteses: não há nada que as comprove.

A média de investimento da Coreia do Sul entre 1970 e 1995, período em que deu seu salto histórico na educação, foi de 3,5%, segundo dados da Unesco.⁴ Em nenhum ano desse período o investimento passou de 5%. A China, que agora está empreendendo a revolução educacional sobre a qual os especialistas falarão pelos próximos cinquenta anos, gastou na década de 1990 pouco mais de 2% do seu PIB em educação — menos da metade dos gastos brasileiros!⁵

Essas pinceladas sugerem algo que a literatura empírica confirma

* Com o passar do tempo, a ambição dos monetaristas perdeu qualquer comedimento. Em setembro de 2012, o Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso, estabelecia como meta simplesmente dobrar o investimento público em educação, para incríveis 10% do PIB. (N. A.)

com mais rigor: não há relação entre a quantidade de dinheiro investido em educação e seu resultado, como quer que se meça o resultado — tanto em termos de alunos matriculados quanto em relação à qualidade do ensino.

Sei que essas conclusões parecerão absurdas para o leitor medianamente informado. Ouvimos há tanto tempo a cantilena de que precisamos investir mais em educação, que o Brasil investe pouco, que a falácia tornou-se axiomática. Mas, infelizmente, a falta de investimentos não é o nosso vilão — o que nos coloca em uma posição muito incômoda, de ter de reconhecer que é uma questão da qualidade do trabalho dos envolvidos, o que requer medidas bem mais difíceis que o simples aumento de recursos. Também torna proibitiva a acomodação dos que se convenceram de que não podemos ter resultados decentes enquanto não aumentarmos significativamente o volume de gastos — estão aí as experiências coreana e chinesa, entre outras, para mostrar que podemos (aliás, devemos!) fazer muito mais com o que já temos.

Reconhecer que o dinheiro não é a bala de prata que salvará todos os problemas educacionais brasileiros também não significa afirmar que não há problemas de financiamento ou que pudessem ser sanados com mais recursos. Há, sim.

Em primeiro lugar, temos uma série de escolas com carências de infraestrutura básica. Segundo dados recentes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), mais da metade das escolas de ensino fundamental não têm biblioteca.⁶ Há quase 800 mil alunos em escolas sem energia elétrica e quase meio milhão sem sanitários. Estudos mostram que esse tipo de investimento em infraestrutura básica é uma das maneiras mais rápidas e baratas de se obter uma melhora no desempenho do aluno.⁷

Em segundo lugar, há um grande desequilíbrio na distribuição do investimento público. Mandamos muitos recursos para quem menos precisa — os alunos das universidades públicas, dentre as quais há uma significativa fatia de filhos da elite — e muito pouco para onde é realmente importante: o ensino fundamental público, que atende à grande massa pobre do país. Nos quatro primeiros anos do ensino fundamental, investimos o equivalente a 11% do PIB per capita por

aluno, contra 20% — quase o dobro — dos países da OCDE. A relação se mantém assim durante todo o ensino fundamental e o médio. Só muda, e de maneira vergonhosa, no ensino superior: enquanto os países da OCDE investem 43% de sua renda média por aluno universitário, o Brasil investe 127%.⁸ É evidente, portanto, que precisamos transferir recursos do sistema universitário para a educação fundamental. E que em alguns locais — concentrados no Norte, no Nordeste e na zona rural — precisaremos investir mais em nossas escolas para sanar carências básicas. Mas devemos, como sociedade, ter bem claro que essas mudanças serão paliativos que não trarão ao país a transformação radical de que precisamos.

O mais triste não é termos em um caminho errado. É quereremos aprofundar ainda mais o desacerto. A atual proposta de reforma universitária submetida pelo Ministério da Educação não só não redireciona o foco da pasta rumo ao ensino fundamental como pretende aumentar ainda mais o gasto com as universidades, instituindo em lei que pelo menos 75% do orçamento do ministério seja dirigido ao setor universitário.* Para a educação fundamental, muitos defendem o aumento de gastos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e a elevação da vinculação orçamentária para a educação. O Brasil é o único país do mundo que conheço que determina em sua Constituição Federal (art. 212) um percentual mínimo de recursos do orçamento a ser investido em educação: 18% para a União e 25% para estados e municípios. Os “defensores da educação” querem aumentar esses valores, mesmo sendo de conhecimento público o grande número de fraudes com os recursos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e as maquinagens contábeis que estados e municípios praticam para se enquadrar à diretiva constitucional.

Nos países em que a educação dá certo, o consenso social acerca de sua importância substitui a legislação. No Brasil, temos a ilusão de que a legislação substituirá o consenso. As consequências estão aí.

* A proposta, do então ministro Tarso Genro (PT-RS), felizmente não vingou. (N. A.)

Enquanto não trocarmos o discurso de cifras e leis pelo de trabalho e resultados, estaremos apenas jogando mais e mais recursos em um sistema roto e incompetente, que vem produzindo ignorância, pobreza e atraso.

Artigo publicado em novembro de 2006